PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE

OURÉM

Ourém
Município

Índice

1. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL 2
1.1. Situação atual do Território 2
1.2. Análise SWOT 5
1.3. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso 7
2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA 10
2.1. Objetivos e definição da estratégia 10
2.2. Coerência e Articulação entre os Programas/Planos e a Estratégia do PEDU 12
3. PROGRAMA DE AÇÃO 15
3.1. Identificação das Prioridades de Investimento a mobilizar 15
3.2. Quadro de Investimentos, Ações e Metas 18
3.3. Realização 19
4. MODELO DE GOVERNAÇÃO 20
4.1. Modelo de gestão e organização 20
4.2. Mecanismos de acompanhamento e avaliação 22
4.3. Envolvimento e responsabilidades dos parceiros 26

ANEXO:

Plantas Síntese das Intervenções do PEDU (PMUS + PARU)

1. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO TERRITORIAL

1.1. SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

O Território dos vários planos a integrar pelo PEDU, nomeadamente o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano de Ação de Regeneração Urbana corresponde a parte da ARU da cidade de Ourém, englobando as duas centralidades históricas e a zona ribeirinha que as interliga (margem direita da ribeira de Seiça).

Os dados apresentados nos pontos seguintes referem-se aos resultados definitivos dos Censos de 2011, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, exceptos nos casos em que outro ano ou fonte for expressamente mencionado.

Evolução demográfica

Na última década censitária (2001-2011), as duas centralidades históricas - Núcleo Histórico e Vila Medieval, cuja população residente (2011) representa cerca de 17% da população da cidade de Ourém, viram o n.º total de residentes aumentar na ordem dos 11%, crescimento muito mais lento que o da cidade (20,5%), mas evoluindo positivamente face ao concelho, que registou um ligeiro decréscimo populacional (0,6%). Relativamente ao número de famílias clássicas repetiu-se a tendência de crescimento, no entanto apenas na ordem dos 7% para este território face aos 23,7% da Cidade.

Se compararmos estes dados com os do Médio Tejo, onde apesar do declínio demográfico registado (-2,4%), as freguesias urbanas conseguiram assegurar um crescimento populacional muito significativo (+20,5%), percebemos que a cidade de Ourém mostra dinâmica e capacidade de atração e manutenção de pessoas.

Ou seja, na área da cidade e sob esta aparente dinâmica de crescimento significativo, registou-se um processo de recomposição territorial, marcado pelo reforço acentuado dos fenómenos de expansão da urbanização, e que se traduziu,

por outro lado, na desaceleração do crescimento das suas centralidades mais antigas – Núcleo Histórico e Vila Medieval.

Procurando projetar a tendência populacional, verifica-se que em ambas as áreas existe uma tendência para um aumento da população mais idosa (apresentando índices de envelhecimento na ordem dos 150 na Vila Medieval e 110 no Núcleo Histórico, contra 85 na Cidade), pelo que podemos afirmar que esta área deve ser vista como um território com tendência para o envelhecimento, colocando-o assim numa posição de maior fragilidade e dependência, no que diz respeito a uma parte substancial da sua população.

Outros indicadores que merecem atenção para efeitos da caraterização da evolução demográfica destas centralidades históricas são a dimensão média da família clássica e a % de famílias clássicas constituídas por 1 ou 2 pessoas. Em relação ao primeiro indicador, de 2,57 no Núcleo Histórico e de 2,50 na Vila Medieval, estão ligeiramente abaixo da média da cidade (2,64) e do concelho (2,70). Quanto ao nº de famílias com 1 ou 2 elementos, corresponde a 62,5% das famílias na Vila Medieval e 57,5% das famílias do Núcleo Histórico, valores significativamente mais elevados que a média da cidade (52%), do concelho (53%), da região Centro (54%) e do valor médio nacional (53%), evidenciando a dependência e isolamento destas populações.

Da conjugação destes dois indicadores podemos extrair que se trata de um território com uma tendência para a estagnação populacional, podendo mesmo entrar em perda no curto prazo por falta de capacidade de renovação populacional.

Parque Habitacional

A densidade populacional no núcleo histórico da cidade é de 5120 hab/km^2 e na Vila Medieval é de aproximadamente 220 hab/km^2, valores muito diferentes dos verificados na cidade de Ourém (801,8 hab/km²), no país (114,5 hab/ km²) e na região Centro (82,6 hab/ km²). Estes valores apontam por si só para uma zona urbana com uma concentração populacional forte, apresentando em algumas situações sobrelotação nos alojamentos. De facto, na cidade de Ourém cerca de 7,4% dos alojamentos estão partilhados, o que indicia alguns problemas.

Contudo, ao nível dos alojamentos de residência habitual vagos, o núcleo histórico da cidade apresenta cerca de 14,2% e a vila medieval 18,8%,

correspondendo a um total de 87 alojamentos, valor superior ao registado na cidade, que ronda os 11%. Este volume de habitações constitui um ativo que, a ser mobilizado, poderá assegurar uma melhoria das condições de habitação e a dinamização do mercado de arrendamento.

O esforço de reabilitação do parque habitacional que se impõe realizar neste território é significativo. Com efeito constatamos um índice de envelhecimento dos edifícios bastante elevado nas duas centralidades históricas consideradas: Núcleo histórico da cidade (650) e Vila Medieval (358,4). Na cidade de Ourém podemos verificar que a idade média dos edifícios ultrapassa os 30 anos (33,8 anos).

Este panorama de envelhecimento do edificado é tanto mais grave quanto maior for a proporção de edifícios com necessidade de reparação ou muito degradados. Analisando os dados referentes às freguesias de N.ª Sra. das Misericórdias e N.ª Sra. da Piedade, nas quais se integra a cidade, verifica-se que cerca de 19% dos edifícios (correspondendo a 904 edifícios) têm necessidade de reparação e 59 consideram-se mesmo muito degradados.

Em resumo temos na cidade um ambiente urbano com uma densidade populacional relativamente alta, envelhecida ao nível do seu edificado e com um número razoável de edifícios a necessitarem de intervenções de reparação, o que pode conduzir a uma degradação do ambiente urbano, que já evidencia alguns problemas de salubridade ao nível do seu parque edificado.

Fluxos e Conetividades

A análise dos dados de 2011 relativos ao local de trabalho, estudo ou residência permite identificar os padrões de mobilidade da população no que se refere às deslocações casa-escola e casa-trabalho, as quais representam uma parte significativa das viagens geradas diariamente no concelho de Ourém, concluindo-se que os residentes do concelho trabalham (78,2%) e estudam (91,2%) maioritariamente no território concelhio, quer seja na freguesia onde residem ou noutra freguesia do concelho.

A análise dos movimentos Pendulares Intraconcelhios, permite identificar o transporte individual (em automóvel) como o principal modo de transporte utilizado para os motivos "Trabalho " e "Escola", mesmo para os residentes com local de trabalho ou estudo na freguesia onde residem, destacando-se ainda para o motivo

"Escola", a heterogeneidade dos modos de transporte utilizados, ainda que seja evidente um padrão de uso de modo transporte coletivo superior ao motivo "Trabalho", identificando-se um claro potencial para aumentar a utilização do modo "a pé", sobretudo nas freguesias da Cidade, onde as distâncias são reduzidas e os declives razoáveis em várias zonas.

Cerca de 73% dos residentes do concelho de Ourém utilizam o transporte individual motorizado para realizarem as suas deslocações pendulares. A restante população reparte-se principalmente pelo transporte colectivo (13%) e pela caminhada a pé (14%). A bicicleta é utilizada apenas por 0,5% da população do concelho, valor ligeiramente inferior à média da região.

Entre os períodos censitários de 2001 e 2011 verificou-se que o automóvel retirou quota de mercado a todos os outros modos de transporte.

A taxa de motorização é, em Ourém, de 529 veículos ligeiros por 1.000 habitantes, valor bastante superior ao total da região (486 veíc./ 1.000 hab.) e do país (473 veíc./1.000 hab.).

O sistema de mobilidade em meio urbano continua a ser caracterizado por uma excessiva quota do transporte individual, conforme se referiu anteriormente. A convergência com os objetivos ambientais e energéticos da estratégia de desenvolvimento regional implica a adoção de medidas que procurem contrariar aquelas tendências, reforçando os modos suaves e a atratividade do transporte público, de modo a aumentar as respetivas quotas.

1.2. ANÁLISE SWOT

A síntese que se apresenta em seguida, baseada na análise SWOT, pretende reunir os principais aspetos que caracterizam a atual situação territorial das áreas de intervenção. Expõem-se os aspetos relevantes do diagnóstico situacional e prospetivo em quatro quadrantes: os "pontos fortes" e os "pontos fracos", que correspondem à análise do "ambiente interno", entendido neste caso como o conjunto de elementos respeitantes ao contexto territorial e que podem ser reforçados ou melhorados através de ações de política especificamente definidas pelo e para o município; e as "oportunidades" e as "ameaças", que constituem a caracterização do "ambiente externo", ou seja, o conjunto de elementos

relacionados com o contexto regional, nacional ou internacional que influenciarão a evolução deste território.

Em suma, sob a forma de matriz SWOT, os principais pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças diagnosticados para este Território são os seguintes:

• **Pontos fortes**:

i) Reconhecimento crescente do papel da cidade Ourém-Fátima em termos de equilíbrio territorial enquanto nó de polarização de subespaços regionais afastados da aglomeração metropolitana;

ii) Dinâmica de Ourém (cidade-concelho) no contexto da CIM do Médio Tejo, em termos populacionais, económicos ou infraestruturais;

iii) Elevado nível de qualificação da população ativa;

iv) Progresso acentuado nos índices de pré-escolarização e de escolarização.

• **Pontos fracos:**

i) Agravamento das disparidades sociais e territoriais em termos de rendimentos disponíveis e de acesso a equipamentos e serviços urbanos;

ii) Desaceleração acentuada no crescimento demográfico e económico dos Centros Históricos;

iii) Modelo de mobilidade urbana ainda muito assente no transporte individual;

iv) Reforma estrutural em curso com destruição de empregos e impactos nos equilíbrios sociais;

v) Elevados níveis de desemprego no Núcleo Histórico (6,7%) e na Vila Medieval (9,1%) face à média da cidade (2,9%).

• **Oportunidades:**

i) Contexto favorável em termos de política urbana europeia, muito direcionada para a promoção e apoio eficaz a estratégias de desenvolvimento urbano sustentável e para o reforço do policentrismo;

ii) Prioridade atribuída, no quadro das políticas públicas nacionais e comunitárias, ao reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos territórios, nomeadamente nos sistemas de mobilidade e transportes;

iii) Incorporação de uma componente territorial nas políticas ativas de emprego, envolvendo e comprometendo entidades locais na sua definição e aplicação.

• **Ameaças:**

i) Declínio demográfico e económico no Médio Tejo;

ii) Agravamento dos custos de contexto, nomeadamente na energia;

iii) Dificuldade de fixação de recursos humanos qualificados;

iv) Aumento dos níveis de pobreza e de exclusão social, ligados ao desemprego, ao envelhecimento e à dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais.

1.3. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A síntese que se apresenta em seguida, baseada na análise SWOT, pretende reunir os principais elementos relacionados com o contexto regional, nacional ou internacional que condicionarão a evolução deste território. Ou seja, desafios e fatores críticos apresentados de forma cruzada e sobretudo na dupla dimensão: mobilidade e regeneração, para todos.

1. UMA CIDADE COM MENOR TAXA DE UTILIZAÇÃO AUTOMÓVEL

Uma das questões estratégicas para este Território assenta no desafio de se conseguir uma cidade com menor taxa de utilização automóvel nas deslocações diárias, aumentando a quota dos modos suaves e do transporte público, tendo em vista o cumprimento dos objetivos europeus e nacionais para alcançar uma cidade mais sustentável e com melhor qualidade de vida. Para isso, torna-se indispensável reforçar a inter/multimodalidade, através de uma gestão mais inovadora do sistema de transportes, em especial através da priorização do transporte público e melhoria da rede de interfaces, combinada com a utilização de tecnologias de apoio à gestão e informação, que torne mais atrativo e eficiente o transporte público, contribuindo

assim também para a sua sustentabilidade financeira. Por conseguinte, é primordial qualificar o espaço público, sobretudo nos principais eixos de ligação pedonal, e melhorar a gestão do estacionamento e das cargas e descargas na zona central, enquadrando estas intervenções numa estratégia de regeneração urbana, capaz de incorporar uma política de inclusão que dê resposta aos desafios colocados por uma população mais envelhecida mas que se pretende mais ativa e mais saudável, ao privilegiar os modos menos motorizados.

2. INVERTER A TENDÊNCIA DE DECLINÍO DOS CENTROS HISTÓRICOS

O envelhecimento da população dos Centros Históricos da cidade está intimamente ligada à perda progressiva de importância comercial e à degradação da habitação e comércio, pelo que urge alterar a forma como população, comerciantes e promotores/investidores/proprietários olham para este espaço privilegiado da cidade. A combinação certa de investimento público em transformações físicas e atividades de promoção e valorização, com o investimento privado, em especial no edificado, deverá ser o mote para a inversão daquela tendência. Mas para que o investimento privado efetivamente seja realizado, num contexto de enorme concorrência pelos (escassos) meios financeiros existentes, torna-se fundamental vencer o duplo desafio que o condiciona: mostrar as virtudes de investir aqui, demonstrando que existe uma estratégia de médio prazo que não é errática e que será mantida, apesar dos ciclos políticos - para o que se torna indispensável a aprovação deste plano enquanto instrumento também de estabilidade - e apoiar o investimento, disponibilizando soluções através do investimento financeiro (IF) que deverá desempenhar aqui um papel relevante.

3. QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

A estratégia terá de criar condições para ultrapassar o desafio de reabilitar as zonas que ambientalmente estão mais degradadas e ao abandono (margem da ribeira de Seiça), quer porque os espaços públicos não oferecem condições, quer porque os edifícios estão em estado de abandono e/ou ruína, melhorando a qualidade do ar e fazendo desta zona uma das mais qualificadas ambientalmente, oferecendo com isso mais uma vantagem óbvia a quem aqui queira viver. Mas para isso e ultrapassada que está a etapa da criação do modelo de monitorização ambiental da cidade, é preciso realizar estudos científicos mais dirigidos, que em função da heterogeneidade do território, sejam mais adequados às características

das principais fontes poluidoras, para que seja efetivamente possível concretizar as orientações determinadas por este plano.

4. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O próprio impacto positivo que a regeneração urbana tem, quer em termos de eficiência energética, quer em termos de mobilidade pela capacidade de induzir alterações na repartição modal, quer ainda pela diminuição do consumo na própria construção, terá de ser devidamente transmitida aos cidadãos, já que a redução da dependência energética de fontes não renováveis e o estímulo da eficiência é um desafio para todos, decisores públicos e sociedade em geral. Só se esta última compreender os inúmeros impactes das opções assumidas e encetar faseadamente as modificações comportamentais mais adequadas a um uso sustentável dos recursos, sem perder qualidade de vida e conforto, é que as mudanças serão duradouras e efetivas.

5. A AUSTERIDADE, A INSTABILIDADE E A OPORTUNIDADE

A instabilidade financeira na esfera europeia e nacional, associada à austeridade tem claras implicações na capacidade de endividamento, pública e privada, originando menor disponibilidade das famílias, das empresas e das instituições públicas para investirem, seja no imobiliário, na eficiência energética, no combate à exclusão social ou na educação, o que constitui um grande desafio para a cidade. A utilização da política de cidades para impulsionar uma nova relação na rede urbana Ourém-Fátima pode ser uma aliada neste combate, em particular se assente numa estratégia que também permita atrair investimento do exterior, moradores, e atividades económicas para a cidade de Ourém.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

2.1. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

Visão:

Em 2020, a Cidade de Ourém será uma cidade mais atrativa, mais saudável, mais inclusiva e mais próspera, capaz de criar condições de fruição dos seus espaços por todos os cidadãos e de atrair novas atividades, assegurando, de forma sustentável, mais emprego e rendimento e promovendo a coesão económica, social e territorial.

A visão apresentada representa um futuro desejado que, para ser alcançado, pressupõe a adoção de uma estratégia. Essa estratégia é suportada por 2 pilares temáticos (que representam outras tantas dimensões correspondentes aos 2 planos integrados pelo PEDU), com os respetivos objetivos e as medidas para os alcançar, e por uma "viga" transversal, respeitante à capacidade de governança.

A seleção de objetivos estratégicos que incorporam e concretizam os objetivos temáticos definidos pela UE e pelo País, asseguram maior coerência com as respetivas estratégias. Identificam-se em seguida os referidos pilares, designados por Eixos estratégicos, e os respetivos Objetivos.

EIXO 1: PROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Visa a promoção da Mobilidade Urbana Sustentável, ancorada numa estratégia de baixo teor de carbono, que favorece a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), e a diminuição da intensidade energética, implementada através de intervenções dirigidas ao aumento da quota do Transporte Público e dos Modos Suaves, em particular nas deslocações associadas à mobilidade quotidiana.

Objetivos Estratégicos:

- **Priorizar o transporte público e melhoria da rede de interfaces, combinada com a utilização de tecnologias de apoio à gestão e informação para melhorar a competitividade daqueles;**

- **Qualificar o espaço público, sobretudo nos principais eixos de ligação pedonal, de modo a aumentar a quota dos modos suaves e do transporte público nas deslocações diárias;**
- **Alcançar uma cidade mais sustentável, com melhor ambiente e melhor qualidade de vida.**

EIXO 2: REGENERAR OS CENTROS HISTÓRICOS E A ZONA RIBEIRINHA QUE OS ARTICULA

Pretende-se a Regeneração e Valorização dos Centros Históricos de Vila Nova de Ourém e da Vila Medieval, através de uma estratégia direcionada para o reforço da sua atratividade, visando a reabilitação e regeneração social do tecido urbano, a criação de equipamentos âncora, novos alojamentos e espaços comerciais, na procura do rejuvenescimento da população residente e da revitalização e diversificação das atividades, melhorando o ambiente urbano.

Objetivos Estratégicos:

- **Inverter a tendência de desaceleração de crescimento dos Centros Históricos, atraindo investimento, moradores e atividades económicas;**
- **Promover a reabilitação do tecido urbano, adaptando-o às exigências atuais, sem prejuízo da sua identidade morfológica, histórica e patrimonial;**
- **Transformar o Centro Histórico numa zona exemplar e motivadora da transição para um modelo de vida mais sustentável, com melhor qualidade ambiental, e promotor de eficiência energética e da redução da poluição do ar e do ruído;**
- **Priorizar o investimento, disponibilizando e enquadrando as intervenções que poderão vir a merecer apoios, nomeadamente através do Instrumento Financeiro que poderá ter aqui um papel relevante.**

EIXO 3: GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Com este Eixo pretende-se assegurar os meios para garantir a prossecução do PEDU com eficácia e eficiência, nomeadamente no que respeita ao seu modelo de governação, à sua equipa técnica, aos mecanismos de acompanhamento e avaliação e ao envolvimento e responsabilidades dos parceiros.

Visa assegurar ainda que as fases seguintes do Plano são desenvolvidas de forma transparente e participativa, facilitando a participação dos cidadãos e dos vários agentes, comunicando as bases para a decisão de forma transparente e inteligível para a população em geral, e intensificando ações de educação, formação e sensibilização para uma nova cultura de sustentabilidade urbana.

Objetivos Estratégicos:

- **Criar as condições para o exercício eficaz e eficiente das competências e atribuições do município enquanto Autoridade Urbana;**
- **Assegurar o envolvimento e a participação ativa dos "stakeholders", divulgando informação aos cidadãos e às empresas e capacitando os beneficiários.**

2.2. COERÊNCIA E ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS/PLANOS E A ESTRATÉGIA DO PEDU

O objetivo deste ponto prende-se com a **relação** que é importante estabelecer entre a **Estratégia do PEDU** com o **Quadro de Orientações e Compromissos**, ao nível europeu e nacional, decorrente dos vários instrumentos, planos/programas, aferindo a respetiva relação e integração estratégica e programática, destacando-se os seguintes pontos de contacto:

CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 – Existe uma forte relação deste Plano com aquele, uma vez que o PEDU mobiliza, através dos seus 4 Eixos e de modo direto, a maioria das medidas dos Eixos Estratégicos 2, 3 e 4 daquele, em particular as medidas 2.A/2.B/2.C/2.D/3.A/3.C/3.D/4.A/4.B, mas também as medidas 1.A/1.B/1.D/1.E.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A MOBILIDADE – Este Plano tem uma fortíssima relação com aquelas, já que são mobilizadas 10 das suas 11 Linhas de Orientação na estruturação estratégica e programática do PEDU através dos seus Eixos 1, 2, e 4, em especial com as suas Linhas A/B/D/E/F e com a maioria dos seus objetivos, com os quais apresenta forte correlação e, embora de modo mais fraco, com as outras Linhas C/H/I/J/K, através daqueles Eixos já referidos.

PPBOMS – O PEDU possui uma estreita relação com o primeiro dos Objetivos Estratégicos daquele Plano, em especial com os seus 2 primeiros Eixos de Atuação e respetivos Objetivos Operacionais, com a maioria dos quais apresenta forte correlação e, embora de modo mais fraco, com os outros 2 Eixos de Atuação do segundo Objetivo Estratégico, através da Medida 2.3 do Eixo 2.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A HABITAÇÃO – O PEDU possui uma íntima relação com os 3 Pilares Temáticos daquela estratégia, já que são mobilizados 6 dos seus 8 Desafios, nomeadamente o 3/4/5/6/7/8 na estratégia do PEDU, sobretudo através do seu Eixo 2, mas também do seu Eixo 3.

CENTRO2020 – Este Plano encontra-se diretamente ligado a este PO através dos seus 3 eixos temáticos e respetivas operações e ações, já que são mobilizadas as PI 4.5 e 6.5 de 4 dos seus 10 Eixos Prioritários (6.Sustentar/ 7.Conservar/ 9.Cidades/ 10.Assistência Técnica) na estratégia do PEDU, sendo que essa mobilização procura articular, sempre que possível, financiamentos FEDER.

EIDT MÉDIO TEJO (2014-2020) - Entre os dois instrumentos existe uma fortíssima relação, já que são mobilizados 3 das 5 Orientações daquele Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional nos 3 Eixos de Intervenção do PEDU, nomeadamente as orientações 3- Promoção da Coesão e da Qualidade de Vida, 4- Consolidação da Massa Crítica Urbana e 5-Governação Inteligente e Multidimensional apresentam uma forte correlação com objetivos dos Eixos 2, 1 e 3 deste PEDU, respetivamente.

PROT LVT – O PEDU possui uma íntima relação com vários dos objetivos e diretrizes definidas para os Eixos 1 (Ganhar a Aposta da Inovação, Competitividade e Internacionalização), 2 (Potencias as Vocações Territoriais num Quadro de Sustentabilidade Ambiental) e 3 (Concretizar a Visão Policêntrica e Valorizar a Qualidade de Vida Urbana) do PROT, nomeadamente as directrizes 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 2.2, 2.3.3 e 2.3.4 do Sistema de Planeamento da Estrutura Urbana e as mobilizadas na estratégia do PEDU, através dos seus 3 Eixos.

PMOT/ARU – A coerência e conformidade da estratégia do PEDU com a do PDM e ARU/PP correspondentes, deve ser vista no âmbito do reforço do papel da cidade de Ourém e do seu Centro Histórico, enquanto principal núcleo urbano do concelho, passando pela organização e hierarquização do seu modelo de mobilidade, pela regeneração e revitalização do seu centro, e pelas intervenções dirigidas aos grupo-alvo, assente numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, capaz de induzir uma clara atratividade e capacidade de reforço do papel regional da cidade.

3. PROGRAMA DE AÇÃO

3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO A MOBILIZAR

O Programa de Ação tem por objetivo operacionalizar e permitir as condições para assegurar a execução da estratégia definida para o território do PEDU de Ourém no horizonte 2020, de acordo com os 2 Eixos Estratégicos Temáticos, tendo sido deixadas fora deste Programa as ações correspondentes ao Eixo 3, uma vez que as mesmas deverão ser objeto de posterior negociação com a Autoridade de Gestão, pelo que o seu financiamento deverá ser enquadrado no âmbito da Assistência Técnica e não através da mobilização das prioridades constantes do aviso realizado para os PEDU (Aviso EIDT-99-2015-03).

Assim, a opção seguida na montagem do Programa de Ação foi a de apresentar todas as ações previstas nos 2 planos que são integrados, fazendo corresponder integralmente as ações de cada eixo de cada um daqueles 2 planos, às ações aqui apresentadas em cada Operação por Tipologia de Intervenção, agrupadas por Eixo Temático, para facilitar a transposição e leitura do processo de integração referido.

Deste modo, a estruturação do Programa de Ação que se passa a apresentar assenta em 2 Eixos Estratégicos, conforme referido anteriormente, correspondendo cada um daqueles a um Plano integrado pelo PEDU e, por essa razão, a cada um daqueles 2 eixos corresponde também uma Prioridade de Investimento a mobilizar.

Por conseguinte, no **Eixo Estratégico 1** estão incluídas todas as ações previstas nas componentes do Plano de Mobilidade Urbano Sustentável Integrado, para as quais se pretende mobilizar a **Prioridade de Investimento 4.5 – *Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação***.

Dentro desta PI 4.5 que se pretende seja contratualizada, o PEDU propõe várias Tipologias de Intervenção, através da correspondente **Operação Conetar e**

Comunicar (C) do **Eixo Estratégico 1 – PROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL**, conforme se apresenta em seguida:

Tipo 1: Promoção dos modos suaves de mobilidade – estão incluídas todas as intervenções da tipologia de medidas i) o incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;

Tipo 2: Melhoria da rede de Interfaces – estão incluídas todas as intervenções da tipologia de ação iii) melhoria da rede de interfaces (incluindo intervenções em parqueamento quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e na periferia de centros urbanos), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência (PCC) ou pequenas e médias interfaces (ECC)), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.

O mesmo se passa com o **Eixo Estratégico 2**, onde se incluem todas as ações previstas no PARU e para as quais se pretende mobilizar a **PI 6.5 – Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído**.

Através da mobilização desta PI 6.5 o PEDU pretende financiar várias intervenções/ ações, previstas nos seguintes Tipos de Intervenção (que neste plano correspondem basicamente à temática da Operação de Intervenção) do **Eixo Estratégico 2 – REGENERAR OS CENTROS HISTÓRICOS E A ZONA RIBEIRINHA QUE OS ARTICULA**:

Tipo 1: QUALIFICAR E DIGNIFICAR O EDIFICADO – reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro;

Tipo 2: ANIMAR E DINAMIZAR – desenvolvimento de ações com vista à promoção da atividade económica, nomeadamente valorizando o comércio tradicional, à gestão e animação da área urbana, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais, desde que diretamente relacionadas com as ações previstas nas outras operações.

Tipo 3: EQUIPAR E ATRAIR – reabilitação integral de edifícios que tenham por objeto equipamentos de utilização coletiva, públicos ou privados, sendo que os privados apenas concorrem ao IF;

Tipo 4: VIVER E CONVIVER – reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes;

Em **síntese**, como se pode verificar na **Planta Síntese das Intervenções do PEDU** (em anexo), este Programa de Ação prevê um conjunto de ações nos seus 2 Eixos Estratégicos para as quais se pretende a mobilização das 2 Prioridades de Investimento do EIXO 9. Reforçar a Rede Urbana (CIDADES) do CENTRO2020 (PI 4.5 e PI 6.5) todas elas através da comparticipação FEDER a 85% do valor do investimento total das respetivas ações.

Com este programa de Ação pretendeu-se favorecer a abrangência na identificação de ações concretas, coerentes com a estratégia proposta, que deverão dar origem a uma multiplicidade de operações, suscetíveis de beneficiarem de financiamento comunitário, através das fontes de comparticipação atrás referidas e que se identificam em pormenor no quadro seguinte.

Pretende-se, desta forma, munir o Município e os principais "stakeholders", alguns dos quais estão já identificados nos próprios Planos de Acção, de um conjunto de propostas integradas que permitam atuar sobre a realidade do Território, propostas estas estruturantes para a conformação final dos projetos e intervenções que daqueles venham a resultar, num processo que se pretende participado, e para o qual se pretende criar, através deste plano (PEDU), condições reais de financiamento que resultarão em grande parte das que vierem a ser colocadas à sua disposição.

3.2. Quadro de Investimentos, Ações e Metas

PI a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida Ação PEDU	Indicador de realização			Indicador de resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
4.5	FEDER	Eixo 1/Tipo 1	planos de mobilidade urbana sustentável implementados (n.º)	0	1	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	36100	35479	830.406 €
			Corredores e Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono (km)	0,5	1,9	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	36100	35479	
4.5	FEDER	Eixo 1/Tipo 2	planos de mobilidade urbana sustentável implementados (n.º)	0	1	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	36100	35479	1.232.500 €
			Interfaces multimodais apoiados (n.º)	1	2	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	36100	35479	
6.5	FEDER	Eixo 2/Tipo 2	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	50000	166979	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	>=1	>=3	234.889 €
6.5	FEDER	Eixo 2/Tipo 3	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (M2)	2843	5826	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	>=1	>=3	3.781.702 €
6.5	FEDER	Eixo 2/Tipo 4	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (M2)	9917	157063	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	>=1	>=3	3.258.942 €

3.3. REALIZAÇÃO

As realizações e resultados esperados (metas quantificadas), foram identificadas no quadro anterior, onde foram apresentadas todas as previstas nos planos que são integrados, fazendo-o por Eixo e Tipologia.

Apresentam-se em seguida as realizações programadas e os mecanismos de recolha de dados para os indicadores, por PI.

Eixo 1/ PI 4.5: assumiu-se a concretização e implementação do PMUS, mas entendeu-se ser mais eficaz complementar esse indicador de realização com outros mais específicos e diretamente relacionados com cada Tipo de Intervenção. A obtenção dos dados para a sua construção é direta e simples, retirando-os dos resultados de execução de cada um dos contratos respetivos de empreitada e/ou fornecimento de bens e serviços.

Quanto ao indicador de resultado, será com base nos cálculos de emissões de CO2 do concelho de Ourém (INE e APA) para o setor dos transportes, que será feito o cálculo. A definição da meta concreta utiliza o mesmo conceito definido no Portugal 2020 para a meta de emissão de gases de efeito estufa (+1% do valor de 2005).

Eixo 2/PI 6.5: No que diz respeito aos indicadores de realização, assumiu-se a concretização e implementação das ações de intervenção no espaço público, e das ações em edifícios de equipamentos públicos, de propriedade municipal, utilizando para esse fim os indicadores definidos no PO CENTRO. A obtenção dos dados para a sua construção é direta e simples, retirando-os dos resultados de execução de cada um dos contratos respetivos de empreitada.

Quanto ao indicador de resultado, corresponde ao definido no PO CENTRO para esse fim, assumindo-se algum conservadorismo na definição das metas, face à ausência de prévios valores ou registos. A sua obtenção será através de inquéritos a realizar durante algumas das ações previstas na Tipologia 2, acompanhada da realização de inquéritos pessoais por amostragem, e através de plataformas digitais.

Em síntese, podemos concluir que as metas indicadas são mais ambiciosas do que seria a contribuição proporcional da cidade de Ourém para as metas previstas no CENTRO2020, ou seja este PEDU tem uma proposta de resultados claramente alinhados com os objetivos e metas previstas para a Região.

4. MODELO DE GOVERNAÇÃO

4.1. MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de gestão e organização que se apresenta foi estruturado para assegurar a prossecução do Plano com eficácia e eficiência, avaliando os riscos de forma sistémica, antecipando respostas e ponderando a experiência anterior acumulada. Mas foi pensado também no âmbito das responsabilidades futuras que serão delegadas no município, enquanto Autoridade Urbana (AU), por parte da Autoridade de Gestão (AG), nos termos do contrato a realizar entre ambos e que aí deverão ser formalmente definidas.

A resposta ao desafio de cumprir a programação plurianual dos investimentos públicos, de captar e apoiar os restantes investimentos previstos neste PEDU, nomeadamente os de natureza privada, bem como de assegurar a monitorização, o envolvimento e participação de todos, conforme previsto no Eixo 3 deste Plano, aconselha a que o mesmo seja dotado de um sistema de governação capaz de dar resposta às seguintes responsabilidades, funções e atividades:

- Gestão, dinamização, acompanhamento, controlo e avaliação do Plano, incluindo, por exemplo, os encargos com a equipa de técnicos contratados ou afetos do Município e a aquisição de bens e serviços necessários àquelas tarefas;

- Estudos e projetos, incluindo estudos de avaliação e caracterização sectorial, social ou espacial do Território, dinamização e participação no Barómetro CS2020 de sustentabilidade urbana e no processo de recolha de informação e dados relativos ao Índice de Sustentabilidade Urbana;

- Apoio na superação de constrangimentos à plena concretização das oportunidades de financiamento, nomeadamente agilização dos processos de licenciamento necessários, nos termos legais e regulamentares aplicáveis, à contratação de financiamentos pelos Fundos Retalhistas;

- Comunicação e divulgação das oportunidades de financiamento de operações propiciadas e dinamização da procura de financiamentos através do IF e, em particular, dos Fundos Retalhistas;

- Publicitação e divulgação das tipos de ação inseridos nos 3 Eixos Estratégicos do PEDU, incluindo ações de sensibilização, divulgação e de promoção, edição de documentos, e orientação sobre procedimentos de natureza técnica;

- Realização de reuniões e sessões de trabalho indispensáveis à gestão, acompanhamento, monitorização, avaliação, divulgação e participação pública.

O modelo de organização e a respetiva estrutura, escolhido para implementar este Plano e assegurar o cumprimento das metas aqui apresentadas, será constituída por três níveis.

Um primeiro, de carácter institucional e de direção, designado por Direção Executiva (DE), corresponde ao executivo municipal, a quem compete assegurar a coordenação geral do PEDU, assumindo a responsabilidade na qualidade de AU pela sua implementação, designadamente as funções referidas anteriormente, e as funções de representação, decisão e aprovação vinculativas.

Esta Direção Executiva assume a responsabilidade executiva e legal derivada da aprovação do PEDU pela AG, nomeadamente o controlo do cumprimento das responsabilidades dos diversos parceiros que venham a ser envolvidos, a procura de complementaridades e soluções inovadoras para potenciar os resultados das ações, a articulação dos parceiros com entidades públicas e privadas, que sejam relevantes para o sucesso da intervenção, e a articulação com a AG e outras entidades nacionais e regionais.

Ao nível técnico, teremos uma estrutura de apoio à DE, designada por gabinete de Apoio Técnico (GAT), que terá como missão a gestão operacional e execução do PEDU, incluindo assegurar as condições necessárias e suficientes para a seleção das operações e para o acompanhamento da sua execução física e financeira, assegurar as funções de monitorização e avaliação global, e de sensibilização e divulgação, nos termos do respetivo plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação do plano e na sua conclusão.

Esta estrutura será organizada em função da natureza específica das atividades a desenvolver, do seu volume e da respetiva programação, atendendo à complexidade das mesmas, e será constituída por técnicos municipais das várias áreas de intervenção, nomeadamente técnica, jurídica, económica e financeira, e será ainda auxiliada por outros técnicos, a contratar para esse efeito.

Por último, ao nível consultivo, haverá um Conselho Consultivo e de Acompanhamento, que funcionará enquanto estrutura de acompanhamento da execução do PEDU e de consulta, em especial no que toca à estratégia de envolvimento dos parceiros e cidadãos em geral, de implementação dos planos de comunicação ou de medidas de correção.

O CCA será constituído por representantes das instituições, organizações, empresas e cidadãos a título individual que a DE considere dever convidar, em função da sua natureza ou da natureza do seu trabalho ou atividade, nos termos a acordar entre AG e AU, sendo apoiado pelo GAT para que possa desenvolver as suas atividades.

Os encargos com o modelo de governação devem ser suportadas pelo orçamento do **eixo** "***Assistência Técnica***" do PO CENTRO.

4.2. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A principal variável que permitirá avaliar globalmente a eficácia e eficiência de gestão é a taxa de execução. A sua evolução ao longo do tempo e adequação às metas estabelecidas indica, por um lado, a adequação do Plano e dos seus objetivos e tipologias de ação ao contexto territorial de aplicação e, por outro, o carácter pró-ativo da AU para diagnosticar os principais problemas que impendem sobre a execução global das operações cofinanciadas e deliberar e decidir sobre as principais medidas de gestão a adotar para os ultrapassar.

Pressupõe um conhecimento permanente da evolução das condições de contexto e uma contínua monitorização física e financeira das operações aprovadas, que permita, de forma atempada, tomar as medidas corretivas que venham a revelar-se necessárias.

Neste contexto particular, o Plano de Monitorização configura o instrumento por excelência de avaliação e controlo da execução do Programa de Ação do PEDU,

na medida em que contribuirá para a otimização da implementação das intervenções e ações previstas, que serão realizadas mediante operações e respetivos projetos, a apresentar nos termos da programação.

Este plano é um instrumento interativo, procurando a verificação do cumprimento das responsabilidades e compromissos assumidos por cada parceiro interveniente no processo, bem como o grau de envolvimento entre eles.

O Plano agora apresentado foi dividido em duas partes. Na primeira apresenta-se um conjunto de elementos que estruturam o sistema de monitorização das atividades, incluindo as de coordenação geral do PEDU. Na segunda apontam-se alguns princípios de um sistema de avaliação do Programa de Ação.

Monitorização

Desde o seu começo, qualquer Plano precisa de conceber um sistema de monitorização e avaliação para o seu próprio processo de aprendizagem, por razões de responsabilização e por razões de transparência e credibilidade.

Nesse sentido, o Programa de Ação terá um sistema de registo das respetivas atividades principais, especialmente orientado para aquelas que permitam a obtenção de uma rápida visão geral do desenvolvimento de cada ação e das atividades transversais de coordenação e articulação entre ações.

A informação será sintetizada para cada uma das atividades em questão, inserida num sistema de gestão de controlo de ações – utilizando-se um software comercial de gestão e controlo de projetos – permitindo comparar facilmente o que foi realizado com o que foi planeado, operação a operação, ação a ação, incluindo o início e fim das atividades, os recursos humanos utilizados e os materiais e equipamentos utilizados.

Obviamente que isto pressupõe a existência de uma programação inicial com o mesmo nível de informação e detalhe, o que deverá ser realizado logo após aprovação do PEDU, quer para as atividades verticais – ao nível de cada ação – quer para as atividades transversais – comuns a todas as ações ou operações, incluindo as relacionadas com a coordenação, e incluir pelo menos os seguintes elementos:

1. Prazo total: O prazo total vinculativo não poderá ser superior ao previsto para a realização de cada Ação referido no PEDU e deverá descriminar, pelo menos, a ordem, prazo e ritmo de execução de cada uma das espécies de trabalho e atividades;

2. Razoabilidade de prazos de execução das ações ou atividades propostas: Os prazos considerados na programação deverão considerar tempo adequado para a realização e controlo das mesmas e serem compatíveis com a necessária mobilização de meios humanos e de equipamentos;

3. Inclusão de atividades específicas ajustados à complexidade da Ação: Devem incluir a fase de preparação e ter uma sequência lógica e adaptada à Ação e aos projetos, contemplando a fase de realização e aprovação destes, testes e ensaio dos equipamentos, etc;

4. Especificação dos meios: Qualidade e quantidade dos meios com que se prevê executar a ação, quer sejam meios próprios, quer através do recurso a contratações exteriores;

5. Mobilização global em face da programação: A mobilização de recursos técnicos e humanos previstos deverá ser compatível com as espécies de trabalho e atividades definidas na programação, tanto em termos de identificação dos membros a intervir, como da sua afetação;

6. Mobilização na fase inicial de preparação das ações: Será importante garantir uma mobilização suplementar, na fase inicial de análise e planeamento dos trabalhos, incluindo a realização dos estudos iniciais e verificação das condições de exequibilidade técnica, em especial nas ações mais inovadoras;

7. Procedimentos de articulação transversal entre ações: Um eficiente controlo das relações transversais entre ações e entre beneficiários distintos deverá ser equacionado na programação, procurando evitar situações imprevistas na fase de execução dos mesmos;

8. Desempenho e relacionamento dos atores: Definição de atividades de coordenação global do programa de ação e de controlo do cumprimento das responsabilidades dos diversos parceiros que venham a participar;

9. Programação financeira: Inclusão da programação financeira detalhada e dos respetivos custos unitários.

O sistema de monitorização deverá também incluir algumas dimensões de registo e avaliação de variáveis externas relevantes para o desempenho e cumprimento da programação, isto para além da inclusão dos indicadores de realização e de resultados, de forma a permitir a comparação entre metas previstas e alcançadas.

Avaliação

A implementação do Plano coloca o desafio de sustentar a dinâmica institucional que se pretende construir na fase inicial, após a aprovação do PEDU e, em especial, nos procedimentos de preparação e elaboração dos projetos e atividades de desenvolvimento das respetivas ações.

O modelo de avaliação organizacional será a avaliação participativa – processo de auto avaliação apoiado e orientado metodologicamente - com a mobilização ativa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros, com o seguinte enquadramento temporal:

Contínua: baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objetivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado, que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades;

Intermédia: centrada no ciclo das Ações e projetos, tendo o objetivo de reenquadrar a intervenção e replanear as intervenções;

Final: no término da vigência do PEDU deve ser efetuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respetivos impactos, identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros de modo a gerar consensos e garantir que se construam novos compromissos, com base nos seguintes pressupostos:

- Clima de transparência e partilha de informação;
- Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação;
- Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação;

- Integração das atividades da avaliação nos planos das organizações;
- Compromisso prévio sobre os instrumentos, metodologia e objetivos da avaliação.

4.3. ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADES DOS PARCEIROS

No âmbito do PEDU consideram-se parceiros todos aqueles referidos nos Planos integrados pelo PEDU, nomeadamente a Fundação da Casa de Bragança, a Fundação Dr Agostinho Albano de Almeida, os proprietários de imóveis, outros atores e agentes que irão executar em parceria ações no âmbito do PARU, as empresas de infraestruturas públicas, os concessionários de transportes e de estacionamento, entre outros parceiros no âmbito do PMUS.

Mas devem ser também vistos como parceiros todos aqueles que serão determinantes para a implementação da estratégia de operacionalização deste PEDU, nomeadamente:

- Aqueles cujo envolvimento institucional deverá ser assegurado, como os organismos da Administração Pública necessários à emissão de pareceres;
- Todos aqueles com os quais é indispensável uma quase permanente articulação ao nível do acompanhamento institucional, desde logo a AG do CENTRO2020, mas a que poderemos adicionar entidades como o IMT, DGT e IRHU, pela sua capacidade de apoio técnico, ou o IFRU, diretamente ou através das entidades retalhistas;
- Os cidadãos em geral, os munícipes, em particular, passando pelos Meios de Comunicação Social e pelos grupos de interesse, com os quais é indispensável criar um forte envolvimento de cidadania e condições de participação.

Isto porque o PEDU foi assumido como tendo um conteúdo eminentemente estratégico, incluindo a definição da disciplina de governação das parcerias, assumindo que a consolidação e pormenorização das operações serão subsequentemente efetuadas. Por isso, o plano deverá seguir uma abordagem

transparente e participativa, envolvendo os agentes e atores relevantes assim como a sociedade civil, no sentido de assegurar um elevado nível de envolvimento, aceitação e suporte.

Se nalguns casos, o envolvimento é mais direto e decorre inclusivamente da aplicação de legislação e contratos, como será com a AG, ou com organismos da Administração Pública, ou ainda do facto de serem promotores ou parceiros, o que impõe desde logo direitos e deveres derivados dessa mesma qualidade, noutros casos não é assim.

Por isso, prevê-se um processo de mobilização e participação que permita comunicar o PEDU, a estratégia, os objetivos e as ações à comunidade, no seu sentido mais lato, e recolher contributos, nas fases de preparação das operações, desenho e implementação dos projetos, e ainda na fase posterior de dinamização dos mesmos. Este processo de mobilização e envolvimento da comunidade será realizado de forma permanente e reforçado através de atividades de gestão a incluir no Eixo 3 do plano.

Aqui merece destaque, pela sua importância intrínseca e porque representa um caso concreto de envolvimento ao nível de parceria, o caso do *Forum Cidades Sustentáveis 2020*, um portal e plataforma multidimensional de suporte, cuja coordenação será assegurada pela DGT, evidenciando-se o **Barómetro CS2020** de sustentabilidade urbana, que permitirá às cidades aferirem o seu posicionamento na escala de desempenho para um desenvolvimento urbano sustentável, beneficiando da criação do ISU, promovido pela DGT em articulação com as CCDR, a ANMP e o INE e "alimentado" pelos municípios.

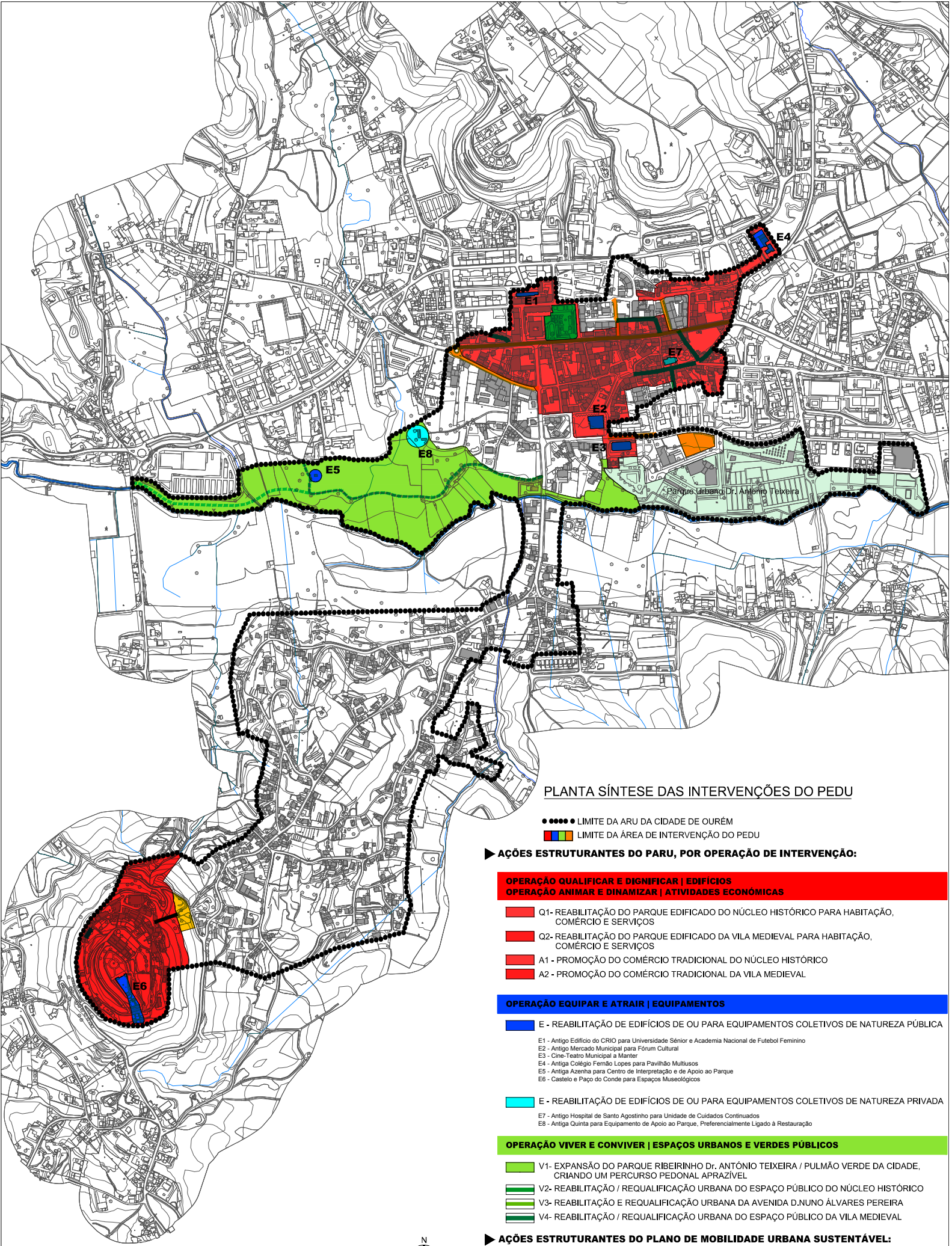
Ao município, enquanto AU, por vocação e porque será esse o seu papel e responsabilidade, caberá ser capaz de fazer uma Gestão Proactiva do PEDU, assumindo não apenas as significativas responsabilidades e competências que decorrem desse estatuto e que serão formalmente atribuídas, mas a adoção de comportamentos pró-ativos, diretamente associados ao desempenho de funções de agenciamento público, de composição de parcerias e seleção das operações no período seguinte à aprovação da candidatura, em processo de negociação, através de um comportamento gestionário que nessa fase deverá assumir uma vocação mais operacional do que estratégica.

Isso permitirá adequar a preparação das candidaturas à natureza e objetivos específicos do PEDU e às orientações de gestão do PO Regional, selecionar as operações e projetos de investimento tendo em conta a sua efetiva adequação e maturidade, e contribuirá positivamente para a eficácia e a celeridade do processo de negociação, bem como para a execução material e financeira.

Assim, a AU assumirá a responsabilidade pela gestão das Operações suas e de terceiros, e assumirá a realização das atividades que serão desenvolvidas de forma mais transversal, nomeadamente todas aquelas que dizem respeito a garantir a coordenação global do PEDU e a articulação de todos os projetos, bem como as tarefas de relacionamento institucional, representação e de implementação do programa de comunicação e divulgação.

De modo a permitir apoiar futuros beneficiários no desenvolvimento dos seus projetos, a AU dará todo o apoio às tarefas de gestão decorrentes do contrato financeiro, sendo o interlocutor com a AG, assegurando o acompanhamento da execução física, financeira dos projetos, garantindo que estes sejam realizados de acordo com as condições de aprovação e seguindo as regras de contratação pública aplicáveis às aquisições e contratações realizadas exteriormente por cada beneficiário.

Anexo: Plantas Síntese das Intervenções do PEDU (PMUS + PARU)



PLANTA SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES DO PEDU

● ●●●● ● LIMITE DA ARU DA CIDADE DE OURÉM

LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PEDU

▶ AÇÕES ESTRUTURANTES DO PARU, POR OPERAÇÃO DE INTERVENÇÃO:

OPERAÇÃO QUALIFICAR E DIGNIFICAR | EDIFÍCIOS
OPERAÇÃO ANIMAR E DINAMIZAR | ATIVIDADES ECONÓMICAS

- Q1- REABILITAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO DO NÚCLEO HISTÓRICO PARA HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS
- Q2- REABILITAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO DA VILA MEDIEVAL PARA HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS
- A1 - PROMOÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL DO NÚCLEO HISTÓRICO
- A2 - PROMOÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL DA VILA MEDIEVAL

OPERAÇÃO EQUIPAR E ATRAIR | EQUIPAMENTOS

- E - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE OU PARA EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE NATUREZA PÚBLICA

E1 - Antigo Edifício do CRIO para Universidade Sénior e Academia Nacional de Futebol Feminino
E2 - Antigo Mercado Municipal para Fórum Cultural
E3 - Cine-Teatro Municipal a Manter
E4 - Antiga Colégio Fernão Lopes para Pavilhão Multiusos
E5 - Antiga Azenha para Centro de Interpretação e de Apoio ao Parque
E6 - Castelo e Paço do Conde para Espaços Museológicos

- E - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE OU PARA EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE NATUREZA PRIVADA

E7 - Antigo Hospital de Santo Agostinho para Unidade de Cuidados Continuados
E8 - Antiga Quinta para Equipamento de Apoio ao Parque, Preferencialmente Ligado à Restauração

OPERAÇÃO VIVER E CONVIVER | ESPAÇOS URBANOS E VERDES PÚBLICOS

- V1- EXPANSÃO DO PARQUE RIBEIRINHO Dr. ANTÓNIO TEIXEIRA / PULMÃO VERDE DA CIDADE, CRIANDO UM PERCURSO PEDONAL APRAZÍVEL
- V2- REABILITAÇÃO / REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO DO NÚCLEO HISTÓRICO
- V3- REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D.NUNO ÁLVARES PEREIRA
- V4- REABILITAÇÃO / REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO DA VILA MEDIEVAL

▶ AÇÕES ESTRUTURANTES DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL:

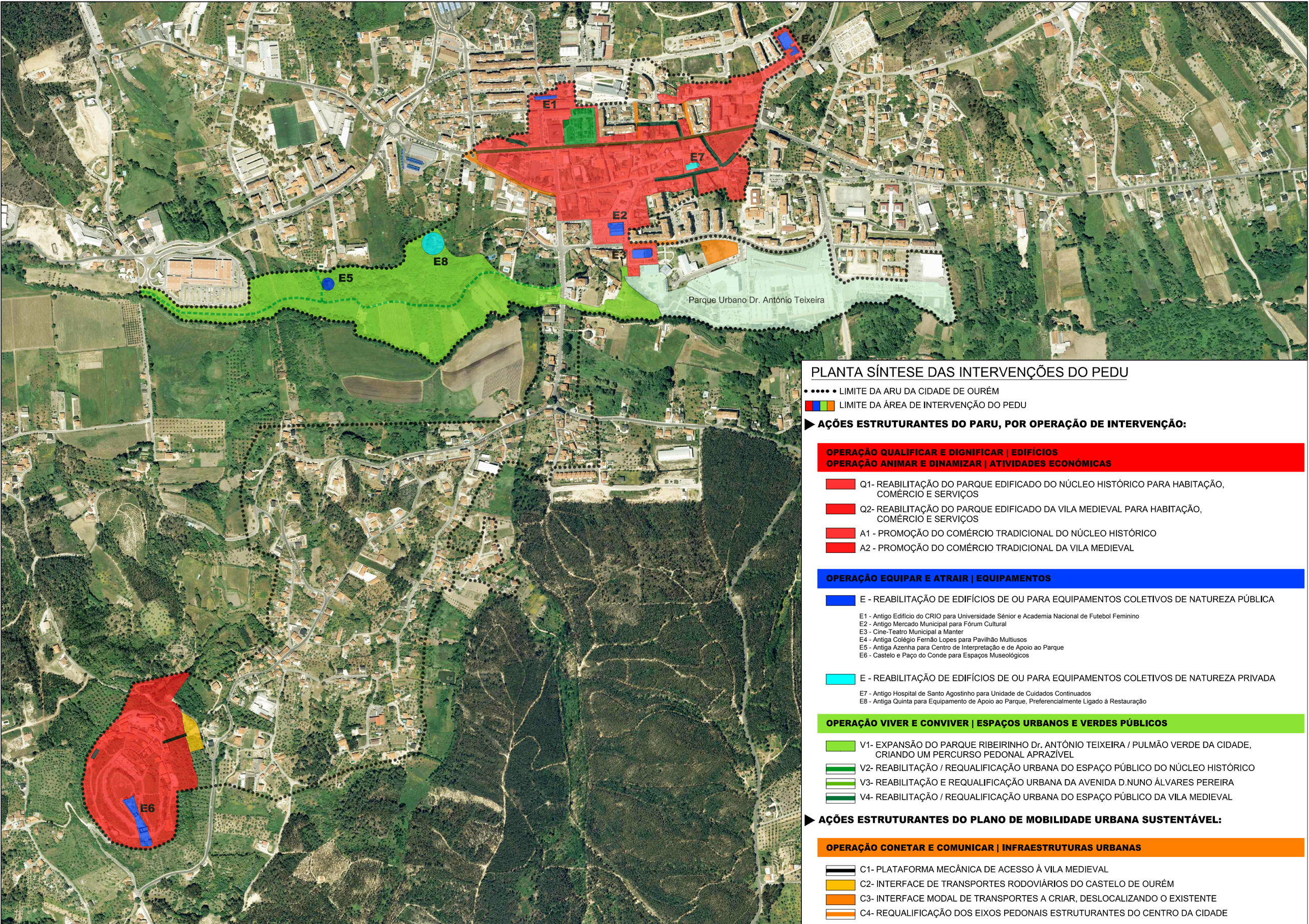
OPERAÇÃO CONETAR E COMUNICAR | INFRAESTRUTURAS URBANAS

- C1- PLATAFORMA MECÂNICA DE ACESSO À VILA MEDIEVAL
- C2- INTERFACE DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO CASTELO DE OURÉM
- C3- INTERFACE MODAL DE TRANSPORTES A CRIAR, DESLOCALIZANDO O EXISTENTE
- C4- REQUALIFICAÇÃO DOS EIXOS PEDONAIS ESTRUTURANTES DO CENTRO DA CIDADE

N

Escala: 1/12000

0 120 240 480m



PLANTA SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES DO PEDU

• ••••• • LIMITE DA ARU DA CIDADE DE OURÉM

LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PEDU

▶ AÇÕES ESTRUTURANTES DO PARU, POR OPERAÇÃO DE INTERVENÇÃO:

OPERAÇÃO QUALIFICAR E DIGNIFICAR | EDIFÍCIOS
OPERAÇÃO ANIMAR E DINAMIZAR | ATIVIDADES ECONÓMICAS

- Q1- REABILITAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO DO NÚCLEO HISTÓRICO PARA HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS
- Q2- REABILITAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO DA VILA MEDIEVAL PARA HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS
- A1 - PROMOÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL DO NÚCLEO HISTÓRICO
- A2 - PROMOÇÃO DO COMÉRCIO TRADICIONAL DA VILA MEDIEVAL

OPERAÇÃO EQUIPAR E ATRAIR | EQUIPAMENTOS

- E - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE OU PARA EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE NATUREZA PÚBLICA

E1 - Antigo Edifício do CRIO para Universidade Sénior e Academia Nacional de Futebol Feminino
E2 - Antigo Mercado Municipal para Fórum Cultural
E3 - Cine-Teatro Municipal a Manter
E4 - Antiga Colégio Fernão Lopes para Pavilhão Multiusos
E5 - Antiga Azenha para Centro de Interpretação e de Apoio ao Parque
E6 - Castelo e Paço do Conde para Espaços Museológicos

- E - REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE OU PARA EQUIPAMENTOS COLETIVOS DE NATUREZA PRIVADA

E7 - Antigo Hospital de Santo Agostinho para Unidade de Cuidados Continuados
E8 - Antiga Quinta para Equipamento de Apoio ao Parque, Preferencialmente Ligado à Restauração

OPERAÇÃO VIVER E CONVIVER | ESPAÇOS URBANOS E VERDES PÚBLICOS

- V1- EXPANSÃO DO PARQUE RIBEIRINHO Dr. ANTÓNIO TEIXEIRA / PULMÃO VERDE DA CIDADE, CRIANDO UM PERCURSO PEDONAL APRAZÍVEL
- V2- REABILITAÇÃO / REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO DO NÚCLEO HISTÓRICO
- V3- REABILITAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AVENIDA D.NUNO ÁLVARES PEREIRA
- V4- REABILITAÇÃO / REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ESPAÇO PÚBLICO DA VILA MEDIEVAL

▶ AÇÕES ESTRUTURANTES DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL:

OPERAÇÃO CONETAR E COMUNICAR | INFRAESTRUTURAS URBANAS

- C1- PLATAFORMA MECÂNICA DE ACESSO À VILA MEDIEVAL
- C2- INTERFACE DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO CASTELO DE OURÉM
- C3- INTERFACE MODAL DE TRANSPORTES A CRIAR, DESLOCALIZANDO O EXISTENTE
- C4- REQUALIFICAÇÃO DOS EIXOS PEDONAIS ESTRUTURANTES DO CENTRO DA CIDADE